

ENTRE MARGENS E CAMINHOS: A EDUCAÇÃO CIGANA E O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE EM FORMATIVA

Gabriela Moura Farias¹
Antônio Israel de Oliveira Silva²
Letícia Albuquerque Sousa³
Marivânia Figueirêdo Barbosa⁴
Patrícia Cristina de Aragão⁵

RESUMO

A trajetória dos povos ciganos é marcada por estigmas, estereótipos e exclusões sociais, ficando visível a marginalização sofrida em várias esferas, incluindo a dificuldade ao acesso à educação. Há uma falta de visibilidade da cultura dos povos ciganos nos currículos escolares, além da falta de políticas públicas para ações que valorizem as especificidades socioculturais dos povos ciganos. O objetivo deste artigo é analisar o processo de exclusão histórica vivenciado pelos povos ciganos no campo da educação, a partir de uma reflexão que articula a necessidade de inclusão educativa destes segmentos étnicos com as ideias da pedagogia de Paulo Freire. Dessa maneira, entendemos que é necessário refletir sobre como a escola pode ser um espaço de diálogo sobre as práticas culturais e sociais dos povos ciganos, fazendo uma leitura crítica da realidade dos povos ciganos enquanto grupo socialmente excluído. Assim, esse artigo utiliza-se de contribuições teóricas de Freire (2022), Batista, Goldfarb e Lask (2025), Júnior (2013), Albuquerque (2024), e Fernandes (2023), contribuindo para uma reflexão crítica numa perspectiva dialógica e libertadora. Dessa forma, os resultados deste artigo são observados em uma oficina pedagógica realizada nas aulas do subprojeto História no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em uma escola estadual cidadã da rede pública de ensino. Consideramos que esta foi uma experiência enriquecedora, pois a abordagem sobre a cultura cigana e as construções de práticas educativas foram fundamentais para que os alunos desenvolvessem um maior respeito sobre os saberes e as histórias dos povos ciganos. Destarte, a oficina foi essencial para promover um espaço de diálogo que contribua para uma educação inclusiva, crítica e transformadora, entendendo os povos ciganos como sujeitos plurais, produtores de conhecimento.

Palavras-chave: Povos ciganos, Educação escolar, Paulo Freire, PIBID, Ensino de História.

¹ Graduanda em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do PIBID – História (Campus I), bolsista pela CAPES, gabriela.moura.farias@aluno.uepb.edu.br.

² Graduando em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do PIBID – História (Campus I), bolsista pela CAPES, israel.o@aluno.uepb.edu.br.

³ Graduanda em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do PIBID – História (Campus I), bolsista pela CAPES, leticia.albuquerque@aluno.uepb.edu.br.

⁴ Graduanda em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do PIBID – História (Campus I), bolsista pela CAPES, figueiredo.marivania@aluno.uepb.edu.br.

⁵ Professora do Departamento de História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Historiadora e Doutora em Educação pela UFPB, Pós-Doutora em História pela UFCG, coordenadora do PIBID - História (Campus I), patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br.

INTRODUÇÃO

A história dos povos ciganos no Brasil é marcada por estereótipos e estigmas que reforçam a exclusão social, cultural e política desses povos. Dessa maneira, os povos ciganos passam por um processo de marginalização. Esse processo de exclusão e marginalização está refletido no campo educacional, com a falta de políticas públicas que sejam efetivas, além da falta de incentivo à práticas pedagógicas ativas, comprometendo o acesso e a permanência dos povos ciganos na educação. Além disso, as práticas culturais dos povos ciganos não são vistas na escola, há uma invisibilidade nos currículos escolares, esses que mantém ainda uma visão eurocêntrica e homogeneizadora, desconsiderando os saberes e tradições presente nos modos de vida dos povos ciganos.

Ao pensar na ruptura desse preconceito podemos levar em consideração a visão de Paulo Freire (2022) que defende uma educação libertadora e também dialógica com os diferentes modos de vida na sociedade, além de reconhecer que todos os sujeitos são produtores de conhecimento. A pedagogia de Paulo Freire se centra no diálogo, criticando fortemente as desigualdades sociais da realidade brasileira. Assim, com esse diálogo, é necessário pensar (e repensar) práticas escolares que possam abranger novas culturas, como a dos povos ciganos. Dessa maneira, a educação cigana, levando em consideração pressupostos freirianos, pensa na escola como um espaço de reconhecer as práticas e especificidades de cada cultura, em busca de uma justiça social.

Por isso, o presente artigo tem como objetivo analisar a exclusão histórica vivida pelos povos ciganos no campo educacional brasileiro, fazendo uma articulação com os pressupostos da pedagogia de Paulo Freire. A pesquisa se desenvolveu dentro do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto de História, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no campus I, em Campina Grande. Dessa forma, a pesquisa se desenvolveu como ponto central a realização de uma oficina temática sobre os povos ciganos em uma escola estadual da rede pública de ensino. A metodologia adotada nesse artigo foi de caráter qualitativo, analisando criticamente os resultados da oficina e analisando teóricos como Freire (2022), Batista, Goldfarb e Lask (2025), Junior (2013), Albuquerque (2024) e Fernandes (2023).



Um dos objetivos da oficina foi promover um espaço de debate sobre a história, práticas sociais e a cultura dos povos ciganos, para que houvesse um desenvolvimento de pensamento crítico e respeitoso nos discentes, valorizando os saberes dos povos ciganos. Foi indicado por meio dos resultados que a abordagem da oficina foi positiva, já que contribuiu para a compreensão dos alunos sobre diversidade cultural, e desconstruindo preconceitos e estereótipos presentes no senso comum. A experiência da oficina foi essencial para construir um ensino crítico e inclusivo, identificando os ciganos como um povo diferente entre si, que também são produtores de conhecimento.

METODOLOGIA

As metodologias utilizadas para a elaboração deste relato, foram exatamente as experiências vivenciadas em sala de aula, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, somada às leituras de Paulo Freire. A articulação da teoria com a prática docente, foram essenciais para a construção do nosso aprendizado profissional. Todas as experiências, ocorreram na turma de 7º ano do ensino fundamental II, anos finais, na EEEFM Murilo Braga, localizada no bairro da Liberdade, Campina-Grande, Paraíba.

A prática pedagógica circulou em torno do conteúdo sobre os povos ciganos, assunto este o qual se encaixava diretamente no tema de diversidade cultural, essencial para a formação dos alunos, considerando que a disciplina de História possui papel crucial na formação de futuros cidadãos críticos e reflexivos a sua própria realidade. A abordagem desse tema permitiu que os estudantes compreendessem a riqueza e a complexidade das diferentes culturas, promovendo o respeito e a empatia. Além disso, é fundamental que os alunos conheçam a história e as contribuições dos povos ciganos, muitas vezes marginalizados e invisibilizados na narrativa histórica tradicional.

Ao discutir a diversidade cultural, os alunos foram incentivados a questionar estereótipos e preconceitos, desenvolvendo uma consciência crítica sobre as desigualdades sociais (De Lunetta, 2024). A prática pedagógica deve incluir atividades que estimulem a pesquisa, o debate e a reflexão, como rodas de conversa, produção de textos e projetos interdisciplinares.



As metodologias adotadas no dia da aula foram diversas, como: slides, imagens impressas, cartolinhas e entrevistas orais. Inicialmente a aula partiu da discussão sobre os conhecimentos prévios dos alunos daquele conteúdo. Perguntamos a eles se conheciam ou se tinham algum parente familiar que fosse cigano. Depois disto, esse processo educativo não só enriquece o conhecimento dos alunos, mas também os prepara para uma convivência mais harmoniosa em uma sociedade plural, onde a diversidade é valorizada e celebrada.

Por fim, consideramos que os fins educacionais utilizados buscaram estabelecer, na sala de aula, um conhecimento prévio sobre quem são os ciganos no nosso país, suas tradições culturais, modos de vida e os desafios sociais que enfrentam. Esse processo teve como objetivo promover uma compreensão mais profunda e respeitosa dessa comunidade, combatendo estereótipos e preconceitos históricos. Para tanto, foram utilizadas abordagens participativas e interativas, que incentivaram o diálogo aberto entre estudantes e promoveram a reflexão crítica sobre a diversidade cultural.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão acerca da presença dos povos ciganos dentro do ambiente escolar exige uma análise que considere os diferentes processos históricos de exclusão social, preconceito cultural e as dificuldades enfrentadas por essa etnia ao acesso e a permanência nesses espaços educacionais. A escola, muitas vezes, têm funcionado como um espaço de negação de identidades minoritárias, incluindo os povos ciganos, cujas práticas culturais, modos de vida itinerante e visão de mundo são frequentemente colocados às margens.

Lourival Andrade Júnior (2008), retrata em seus estudos como os ciganos têm sido historicamente excluídos das políticas públicas e invisibilizados dentro das estatísticas educacionais. O autor argumenta que essa exclusão é sustentada nos estigmas seculares que associam a marginalidade, a criminalidade e a recusa do modelo de vida sedentário valorizado da sociedade majoritária. Essa visão preconceituosa reflete-se dentro do ambiente escolar onde há escassa preparação docente para lidar com as especificidades culturais dos estudantes ciganos, que leva a evasão escolar, a baixa frequência e a negação dos direitos básicos como o acesso a educação de qualidade, esta que é um direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros.



Batista, Goldfarb e Lask (2021), trazem as evidências dos desafios enfrentados pelos povos ciganos mesmo diante das políticas de ação afirmativa, como a reserva de vagas nas universidades públicas. Os autores apontam que, embora a inclusão dos ciganos no sistema de cotas represente um avanço jurídico e simbólico, ainda persistem entraves estruturais e institucionais que dificultam a participação efetiva desses sujeitos no ensino superior. Entre esses entraves, se destacam a ausência de políticas educacionais específicas, a carência de dados sobre à população cigana e o preconceito étnico que ainda permeia a sociedade e os espaços acadêmicos.

Diante desse cenário, é fundamental recorrer às ideias de Paulo Freire (1996), especialmente em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, onde propôs uma educação crítica, dialógica e libertadora. Freire defende uma pedagogia centrada na escuta, no respeito à identidade do outro e no reconhecimento dos saberes populares e tradicionais. Em sua concepção, ensinar exige reconhecimento e a valorização das diversas culturas sendo a educação um ato político que não pode ser afastada da realidade dos educandos. Assim, a escola deve ser um espaço de acolhimento e de diálogo intercultural, onde à cultura cigana seja reconhecida não como obstáculo, mas como potência formadora e de saber legítimo.

Freire enfatiza a necessidade de uma educação verdadeiramente para todos, ou seja, deve incluir aqueles que historicamente foram excluídos do processo educativo formal. Isso implica a superação de práticas autoritárias e monoculturais, e construir, com os estudantes experiências educacionais significativas, que respeitem suas identidades, histórias e modos de vida. Nesse sentido, a escola deve ser transformada em um território de resistência à exclusão e de construção da cidadania.

Portanto, a presença dos ciganos no ambiente escolar e universitário deve ser compreendida como um direito que exige reconhecimento das diversidades, políticas públicas inclusivas e uma pedagogia crítica comprometida com a justiça social. A intersecção entre os estudos sobre a exclusão dos ciganos e a pedagogia freiriana revela a urgência do rompimento com às estruturas educacionais excludentes e a construção de práticas baseadas no diálogo, no respeito e na valorização das diferenças culturais. Reconhecer a cultura e a presença dos povos ciganos no espaço educacional não é um favor, mas um imperativo ético e político.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A partir das vivências no grupo de estudos do PIBID do subprojeto de História, foi possível refletir criticamente sobre os processos de exclusão social e educacional enfrentados pelos povos ciganos, bem como discutir caminhos pedagógicos para promover o respeito à diversidade cultural. Em um dos encontros formativos, foram trabalhados dois textos fundamentais: Ciganos e os Processos de Exclusão (Andrade Júnior, 2013) e Ciganos e Cotas (Batista; Goldfarb; Lask, 2024), os quais possibilitaram importantes conexões com o pensamento freireano.

Inspirados pela concepção de Paulo Freire, que compreende a educação como um ato político e libertador, o grupo foi incentivado a refletir sobre suas próprias percepções e memórias acerca do povo cigano. Nesse processo, emergiram relatos marcados por experiências pessoais, estereótipos reproduzidos no senso comum e pela ausência de qualquer abordagem sobre os ciganos na trajetória escolar dos próprios participantes. Esse exercício de escuta e auto análise evidenciou o que Freire chama de “leitura de mundo”, anterior à leitura da palavra, pois os saberes prévios dos sujeitos são construídos socialmente a partir das vivências, influências e omissões históricas (Freire, 1996).

Os textos discutidos contribuíram para ampliar o olhar dos participantes. No caso do artigo de Andrade Júnior (2013), compreendemos como a exclusão dos povos ciganos foi sistematicamente construída por políticas públicas, leis e representações sociais que os colocaram na posição de “outros” indesejados. Já no texto de Batista, Goldfarb e Lask (2024), refletimos sobre a importância das ações afirmativas, como as cotas raciais e étnicas, para garantir o acesso dos ciganos ao ensino superior. No entanto, como bem apontado pelas autoras, mesmo com o reconhecimento legal da identidade cigana como minoria étnica, a efetivação dessa inclusão permanece frágil e invisibilizada.

O debate gerado nesse encontro do grupo de estudos foi potente, pois além de aprofundar a compreensão sobre os processos históricos de exclusão, também nos levou à desconstrução de pensamentos negativos que, muitas vezes, haviam sido assimilados inconscientemente ao longo de nossas vidas. O reconhecimento da pluralidade de culturas e modos de vida, como destaca Freire (1996), é parte essencial do processo educativo libertador, que valoriza os sujeitos em sua integralidade e identidade.

Como desdobramento prático dessas reflexões, realizamos a oficina do Maio Cigano, no dia 29 de maio de 2025, com a turma do 7º ano da Escola-Campo Murilo Braga. A atividade teve como objetivo central refletir sobre os conhecimentos prévios dos estudantes



X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

acerca dos povos ciganos, valorizar sua história e cultura e desconstruir estereótipos historicamente reproduzidos. Inspirados pela perspectiva freireana de educação como prática da liberdade, buscamos promover uma atividade dialógica e crítica, partindo da realidade dos alunos e conduzindo-os à problematização do preconceito e da invisibilidade social.

Antes da realização da oficina, foi proposta uma atividade para casa na qual os estudantes deveriam entrevistar um familiar perguntando o que sabiam sobre os povos ciganos. A devolutiva dessa atividade revelou que muitos sequer conheciam a existência dos ciganos, enquanto outros os associavam a imagens negativas, como pessoas que “roubam” ou “se vestem de forma estranha”. Esses relatos evidenciam a presença de estereótipos fortemente enraizados e, ao mesmo tempo, a invisibilização histórica dos povos ciganos no currículo escolar e na memória coletiva local. Essa escuta inicial ainda se aproxima da “leitura do mundo” freireana onde: antes da leitura da palavra, há a leitura da experiência, das vivências que constituem a visão de mundo dos sujeitos (Freire, 1996).

Durante a oficina, apresentamos uma breve narrativa sobre a história dos povos ciganos, destacando os processos de perseguição e marginalização que sofreram ao longo do tempo. Enfatizamos a importância de romper com a generalização negativa e reconhecer a diversidade cultural desses grupos. A abordagem despertou o interesse dos alunos, especialmente quando abordamos a mobilidade dos ciganos e seus modos de vida, tema que gerou muitas perguntas e comentários curiosos. A oficina buscou então ser um espaço de problematização, outro conceito central em Freire, onde o conhecimento não é transferido de forma bancária, mas construído em diálogo (Freire, 1996).

A segunda parte da oficina consistiu em uma dinâmica associativa, na qual os alunos deveriam relacionar elementos visuais e simbólicos da cultura cigana a seus respectivos significados (como a vestimenta, a bandeira, a roda da carroça). Essa atividade mobilizou intensamente a atenção da turma, inclusive de estudantes que comumente demonstravam dificuldades de concentração nas aulas tradicionais. A construção coletiva de um mural expositivo ao final serviu como culminância da oficina, permitindo que os alunos expressassem suas aprendizagens de forma visual e participativa.

O envolvimento dos estudantes mostrou o quanto práticas pedagógicas mais criativas, participativas e sensíveis às diferenças culturais podem fazer a diferença no processo de aprendizagem. Inspirados por Paulo Freire, entendemos que ensinar não é apenas transmitir conteúdos prontos, mas sim caminhar junto com os alunos na construção do conhecimento.



Quando partimos da escuta e da realidade deles, conseguimos abrir espaço para um aprendizado que faz sentido, que toca, que transforma. A oficina foi um desses momentos em que o respeito, o diálogo e o acolhimento se uniram para criar um ambiente de reflexão e descoberta.

Portanto, os resultados demonstram que o trabalho com temáticas étnico-culturais, quando aliado a metodologias participativas e ao diálogo freireano, contribui significativamente para a formação crítica dos estudantes e dos próprios pibidianos, além de proporcionar um ambiente mais inclusivo e humanizador no contexto escolar. Freire também nos ensina que a educação deve partir da realidade concreta dos educandos, valorizando seus saberes, estimulando o pensamento crítico e promovendo o respeito mútuo. Assim, contribuímos para uma educação mais humana, plural e libertadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando ressaltar a importância de uma abordagem renovada em relação à diversidade cultural, especialmente no que tange à educação cigana, à luz do pensamento de Paulo Freire. A experiência em sala de aula demonstrou que o conhecimento prévio dos alunos é um ponto crucial para a construção de um ambiente de aprendizado mais inclusivo e significativo.

Observou-se que a motivação dos alunos não apenas facilitou a compreensão do tema, mas também evidenciou a urgência de integrar a cultura cigana no currículo escolar, promovendo um espaço de respeito e valorização das diferentes identidades presentes no Brasil. Essa integração é fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes, alinhados com os princípios freirianos de diálogo e reflexão.

Além disso, a pesquisa aponta para a necessidade de novas investigações sobre a educação cigana, que possam aprofundar as discussões sobre metodologias inclusivas e práticas pedagógicas que considerem a riqueza cultural desse povo. O diálogo contínuo entre educadores, pesquisadores e a comunidade cigana é essencial para a construção de um futuro educacional que respeite e celebre a diversidade. Assim, este trabalho não apenas contribui para o campo da educação, mas também abre caminhos para futuras pesquisas e práticas que promovam a equidade e a inclusão.



REFERÊNCIAS

ANDRADE JÚNIOR, Lourival. Os ciganos e os processos de exclusão. **Revista Brasileira de História**, v. 33, p. 95-112, 2013.

BATISTA, Mercia Rejane Rangel; GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; LASK, Tomke Christiane. A inclusão dos ciganos no sistema de cotas nas Instituições Estaduais e Federais de Ensino Superior: apresentando a situação no estado da Paraíba. **Cadernos de Pesquisa**, p. 1-22, 18 Fev 2025 Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/24711>. Acesso em: 7 jul 2025.

DE LUNETTA, Avaetê et al. Diversidade cultural: o segredo para uma educação enriquecedora. **Humanidades & Inovação**, v. 11, n. 6, p. 161-167, 2024.